

Gestão territorial e turismo: algumas considerações

DIOLENO PEREIRA DA SILVA*

Resumo: Os conceitos de espaço, território e região se encontram estabelecidos como fruto de diversas contribuições e perspectivas teóricas subjetivas que convergem e servem de base epistemológica para os processos de gestão do território. Como vista neste cenário teórico, o objetivo deste trabalho é apresentar e discutir algumas dessas abordagens conceituais e verificar de que maneira estes conceitos se encontram associados ao processo de gestão territorial do turismo. Para isto, foi realizado um levantamento bibliográfico acerca da temática proposta, em obras e textos de periódicos científicos, utilizando-se como palavras-chave no processo de pesquisa os termos: espaço; território; região; turismo; gestão do território. Os resultados reforçaram a subjetividade como base formuladora comum aos conceitos apresentados, indicando que os mesmos tendem a abarcar aspectos similares, como as relações de poder estabelecidas por processos políticos, econômicos, culturais e sociais. Em relação ao turismo, verificou-se que a atividade se estabelece a partir de uma sobreposição de territórios para sua produção, e que, dado o caráter econômico que move o seu desenvolvimento e os impactos gerados como consequência deste, a gestão territorial da atividade se apresenta como opção mais coerente, tanto para manter a produtividade econômica turística, quanto para funcionar como uma alternativa possível para adequar e ordenar o território para seu uso efetivo.

Palavras-chave: Espaço; Território; Turismo; Gestão territorial.

Territorial management and tourism: some considerations

Abstract: The concepts of space, territory and region are established as the result of various subjective contributions and theoretical perspectives that converge and serve as an epistemological basis for territorial management processes. As seen in this theoretical scenario, the objective of this paper is to present and discuss some of these conceptual approaches and to verify how these concepts are associated to the territorial tourism management process. For this, a bibliographical survey was carried out on the proposed theme, in works and texts of scientific journals, using as keywords in the research process the terms: space; territory; region; tourism; management of the territory. The results reinforced subjectivity as a common formulatory basis for the presented concepts, indicating that they tend to embrace similar aspects, such as the relations of power established by political, economic, cultural and social processes. In relation to tourism, it was verified that the activity is established from an overlapping of territories for its production, and that, given the economic character that drives its development and the impacts generated as a consequence of this, the territorial management of the activity is presents as a more coherent option both to maintain tourist economic productivity and to function as a possible alternative to adjust and order the territory for its effective use.

Key words: Space; Territory; Tourism; Territorial management.



* **DIOLENO PEREIRA DA SILVA** é mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

1. Introdução

O turismo é uma atividade complexa que engendra e se estabelece a partir de microssistemas sociais e econômicos, e que vem se estabelecendo com valor cada vez maior no âmbito das políticas públicas, dado ao seu relevante papel no desenvolvimento econômico e social. Contudo, do mesmo modo com que impacta econômica e financeiramente os destinos turísticos, a atividade também gera e/ou acentua problemas associados à estrutura e condição local, tal como o aumento no custo de vida, violência, poluição e outros – o que remete a necessidade de um maior cuidado quanto ao planejamento e gestão da atividade turística.

Os exemplos de degradação ambiental e sociocultural decorrentes do turismo podem ser abundantes tais como em outros setores da indústria, aonde a utilização não sustentável até o esgotamento das fontes de matérias-primas conduz à transferência das atividades para outro local de exploração. Não obstante, aliado ao processo de expansão da atividade como produto econômico, o desenvolvimento do turismo traz a reboque contemporâneos debates sobre a necessidade do seu ordenamento e gestão, realçando a carência de políticas, planos sistematizados e demais informações que subsidiem o planejamento e a execução da atividade.

Existem, portanto, pelo menos dois grandes desafios impostos aos gestores do turismo: desenvolver e executar um planejamento pautado na própria dinâmica complexa característica da atividade; e a necessidade de reunir um conjunto de informações quanto às formas de apropriação do espaço para o turismo, para que estas possam subsidiar metas e conduzir as ações de gestão.

Com base nesta perspectiva, este paper busca compreender as abordagens conceituais de espaço, território e região, e verificar de que maneira estes conceitos convergem no processo de gestão territorial da atividade turística. Foi realizado um levantamento bibliográfico acerca da temática proposta em obras e textos publicados em periódicos científicos, utilizando-se como palavras-chave no processo de pesquisa os termos: espaço; território; região; turismo; gestão do território.

O estudo se encontra dividido em dois momentos: a primeira parte apresenta uma breve discussão quanto aos aspectos conceituais dos termos ‘território’, ‘espaço’ e ‘região’; no segundo momento são apresentadas algumas considerações acerca da gestão territorial do turismo e sua importância para os destinos turísticos.

2. Aspectos conceituais do espaço, território e região

Tal como propõe de Haesbaert (2013), conceitos não devem ser encarados como entidades estáticas e separáveis de uma determinada ‘família’ conceitual construída dentro da filiação filosófica de um autor. Pelo contrário, as concepções e conceitos tendem a apontar de certa maneira para critérios específicos e subjetivos, considerados dentro e a partir de uma perspectiva histórico-temporal.

Deste modo, quando verificamos o significado de território e espaço, notamos que ambos os termos se encontram vinculados a noções distintas, no entanto codependentes: enquanto que o espaço se encontra comumente associado a um nível elevado de abstração, o território é concebido como o espaço apropriado por um ator, sendo definido e delimitado por e a partir das relações de

poder em suas múltiplas dimensões (BLUM, 2014).

Ao se referir aos conceitos de espaço e território, Haesbaert (2013) aponta que:

[...] na constelação conceitual de alguns autores, território adquire uma conotação central, a ponto de se confundir com a própria noção de espaço (como ocorre explicitamente em Milton Santos), enquanto para outros ele pode se transformar num conceito mais restrito e quase secundário. Além disso, não devemos nos prender tanto ao formalismo das nomenclaturas (palavras), mas, sobretudo, aos efetivos conteúdos conceituais que elas propõem (p. 806).

Desta maneira, notamos que os aspectos que abarcam os termos ‘espaço’ e ‘território’ se encontram revestidos por definições polissêmicas, permitindo definições de vários pontos de vistas: históricos, geográficos, económicos, físicos, sociais, políticos, etc., nos quais a palavra ‘espaço’ por vezes agrega contornos vagos ou reduzidos à ideia de uma porção específica da superfície terrestre, enquanto que o termo território é exprimido como fruto das relações de poder no primeiro.

Rafesttin (1993) apresenta espaço e território como conceitos que se ligam, dado às relações sociais e de poder que englobam, tais como as relações dos próprios atores, a política, os códigos utilizados e componentes espaciais e temporais associados a estas relações. Entretanto, o autor concebe o espaço como sendo anterior ao território, haja vista que o território se forma a partir do espaço e é resultado de uma ação conduzida por um determinado ator que, ao se apropriar de um espaço concreta ou abstratamente, o ‘territorializa’.

Esta compreensão de território compreende principalmente a dimensão político-administrativa, fazendo referência ao território nacional como espaço físico onde se localiza uma nação; espaço que delimita uma ordem jurídica e política; um espaço medido e marcado pela projeção do trabalho expressando suas linhas, limites e fronteiras.

Outro ponto que cabe destaque nesta análise diz respeito à identificação de relações pelo poder na construção do território de maneira relacional e intrínseco nas relações sociais:

[...] o poder se manifesta por ocasião da relação. É um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece os dois polos fazem face um do outro ou se confrontam. As forças de que se dispõem os dois parceiros (caso mais simples) criam um campo: o campo do poder. Para compreender isso, pode-se recorrer à imagem do imã e dos fragmentos de limalha que se orientam e assinalam linhas de força. O campo da relação é um campo de poder que organiza os elementos e as configurações (RAFFESTIN, 1993, p. 53).

Santos (2008), no entanto, descreve o espaço não como o ponto de partida para o território, mas como algo dinâmico que reúne materialidade e ação humana onde, a cada época, novos objetos e novas ações se juntam a outras modificando o todo.

Consideradas tais perspectivas, notaremos que ambas as definições apontam para um processo de transformação do ‘espaço’ em ‘território’ relacionado e conduzido por relações de poder que se materializam através das alterações aplicadas e reproduzidas na/pela sociedade.

Souza (2012) assevera ainda que o território:

[...] é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características geocológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. [...] o verdadeiro *Leitmotiv* é o seguinte: quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço? Esse *Leitmotiv* traz embutida ao menos de um ponto de vista não interessado em escamotear conflitos e contradições sociais, a seguinte questão inseparável, uma vez que o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder: quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como? (p. 78-79).

Ao tratar teoricamente a concepção de território, Haesbaert (2004) nos aponta a existência de pelo menos três vertentes básicas: o enfoque jurídico-político, no qual o território pode ser visto como espaço delimitado e controlado por determinado poder; a perspectiva simbólico-cultural, caracterizada pela priorização da dimensão subjetiva; e o enfoque econômico, no qual o autor destaca a ‘desterritorialização’ em sua perspectiva material como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital.

É preciso pontuar que nos estudos territoriais consultados a conceituação ganha novas dimensões além da perspectiva político-histórica, incorporando cada vez mais os fatores econômicos (produtivos e institucionais); e culturais (imateriais, simbólicos e ideológicos), que representam uma transição importante

da concepção de território, como espaço fixo e material, para concepções que valorizam a pluralidade e multiescalaridades das formas de apropriação do espaço, considerando as territorialidades e dimensões relacionais.

Fuini (2018) ressalta ainda que, na contemporaneidade, os estudos territoriais têm ganhado dimensões que, apesar de perpassarem pelas definições clássicas dos termos, vão além da perspectiva político-histórica e incorporam cada vez mais os fatores econômicos e culturais, representando uma transição importante da concepção de território, como espaço fixo e material, para concepções que valorizam a pluralidade e multiescalaridades das formas de apropriação do espaço, considerando as territorialidades e dimensões relacionais.

A concepção de território, portanto, pode ser compreendida antes de tudo como algo que faz referência a concepção de espaço; e o processo de transformação de um espaço em território envolve a materialização de redes de poder que dominam, materializam alterações e reproduzem socialmente a sociedade (HAESBAERT, 2004; SANTOS; SILVEIRA, 2001; FONSECA, 2016) – tal como descreve Santos (1997):

[...] formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerado isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada de objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a

natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico (SANTOS, 1997 *apud* SUERTEGARAY, 2000, p. 15).

Dessa maneira, podemos relacionar a concepção de território como produto da intervenção e do trabalho de um ou mais atores sobre determinado espaço, não se reduzindo apenas à sua dimensão material ou concreta, mas como ambiente de interação e de inovação sistêmica no qual o ‘conhecimento coletivo’, relacionado à proximidade territorial, tende a conduzir o comportamento de uma região em relação a ‘como se fazer a coisas’ (ALBAGLI, 2004; SAQUET, 2007).

A região, neste contexto, é compreendida como um conjunto de lugares onde as diferenças internas entre esses lugares são menores que as existentes entre eles e qualquer elemento de outro conjunto de lugares, a qual também se associam às características de unidade político-administrativa e onde, conseqüentemente, exigem-se intervenções planejadas ou adotadas com vista a estabelecer um determinado ordenamento do território (CORRÊA, 2000; ALBAGLI, 2004).

Concebidas como políticas territoriais, as intervenções adotadas por determinado sistema de poder visam de maneira geral estabelecer a ordem do território, colaborar para a distribuição espacial, a formação e desenvolvimento de centros urbanos, a ocupação do solo, ou mesmo prevenir e/ou minimizar problemas associados à construção o território, tais como o crescimento

demográfico nos centros urbanos ou a falta de infraestrutura e seus impactos sobre o meio ambiente (RIEGEL; ROQUE; RODRIGUES; QUEVEDO, 2017).

Logo, compreendemos que o planejamento do território envolve a necessidade de uma estrutura estratégica e analítica formada por um conjunto coerente de políticas que estabelecem ou modificam o ordenamento territorial, expressando-se nos locais destinados para habitação, na organização das atividades produtivas ou outras atividades, bem como manifestado pela condução das formas de utilização pelos diversos agentes envolvidos (MAFRA; SILVA, 2004).

3. Turismo e gestão territorial

O território do turismo é uma composição de territórios construídos por cada um dos agentes responsáveis pelo acontecer do fenômeno turístico e não apenas pelo território em que ocorre a atividade. Entre os agentes relacionados e vinculados ao sistema turístico podemos apontar: o governo da localidade receptora; a comunidade receptora; trabalhadores do setor; empresas de maneira geral; empresas de hospedagem; sistema financeiro da localidade receptora; operadoras turísticas; empresas de transporte; agências de viagem; sistema financeiro da localidade emissora; governos das localidades emissoras; e, por fim, os turistas (LEMOS, 2001).

De tal modo, podemos entender que a noção de território relacionada à atividade é resultante da soma, tanto dos territórios dos turistas, quanto de outros elementos que compõem o sistema turístico – como os agentes sociais, os agentes econômicos do mercado, o poder público, e o próprio território da

população residente nos destinos turísticos (CALVENTE, 2013).

No turismo, as relações de poder e apropriação tendem a se estruturar em tipos de ‘rede de territórios dinâmicos’ (FRATUSCHI, 2014), que funcionam de maneira complexa e sazonal – ou seja, sobre uma mesma parte do espaço, diversos processos de territorialização terminam por se sobrepor e compor o território do turismo (FUINI, 2018).

Esta característica de interconexões que o turismo apresenta pode ser considerada como o grande desafio a ser superado, principalmente por se contrapor ao pensamento reducionista corriqueiro às abordagens de tratamento de ‘causa e efeito’ (BARCELLOS; BARCELLOS, 2004).

Quanto analisados os estudos focados em compreender e estudar a atividade turística e suas questões, observamos que os conceitos de espaço e território vêm sendo bastante utilizados permeados por outras concepções, como as de região e lugar, as quais são empregadas de maneira geral com a função de caracterizar e refletir a espacialização geográfica da atividade, apresentando uma visão do mundo em sua totalidade passível de ser “turistificada” em função da dimensão econômica motriz do turismo (URRY, 1996; FRATUCCI, 2014).

Todavia, os processos que compreendem esse aspecto de motricidade econômica da atividade tende a privilegiar os interesses e os efeitos do/e para o capital financeiro, abarcando impactos ambientais e socioculturais em díspares escalas, decorrentes principalmente do próprio desenvolvimento turístico (URRY, 1996; BENI, 2001).

O turismo desponta da apropriação e comercialização dos elementos de

espaço e tudo que nele se encontra contido (YÁZIGI, 2009), e a adoção de uma percepção mercadológica da atividade, promovida exponencialmente pelo poder público através de programas que visam aumentar o fluxo de turistas em regiões receptoras da atividade, têm colaborado ainda mais para a ocorrência de diversos impactos negativos às localidades onde o turismo se desenvolve, tornando necessário que as relações e interações da prática do turismo sejam estabelecidas a partir de processos de planejamento e de gestão desses territórios.

Com vista neste pensamento econômico que engloba a atividade, compreende-se que o alto teor de impacto em decorrência do turismo e a tendência ao agravamento de possíveis problemas nos locais receptores, se não considerados holisticamente, tornam ainda maior a necessidade de informações quanto aos processos dinâmicos da atividade para que se mantenha a característica de competitividade dos destinos turísticos (BARCELLOS; BARCELLOS, 2004; GÂNDARA, CHIM-MIKI, DOMARESKI-RUIZ; BIZ, 2013).

Neste aspecto, o papel prioritário do planejamento e gestão do território do turismo se encontra ancorado em ações efetuadas pelo poder público, ao qual, dentro do sistema turístico, cabe a função de promover o desenvolvimento da atividade de forma compatível, tanto em respeito à conservação do meio ambiente e do patrimônio natural e cultural dos lugares, quanto aos objetivos imputados à atividade (BENI, 2001).

O planejamento turístico pode ser considerado uma ferramenta condicional para se buscar o desenvolvimento dos destinos turísticos e ao mesmo tempo minimizar os impactos da atividade sobre os locais

receptores da atividade. A eficiência desta condição se torna ainda mais efetiva, sobretudo se este processo for operacionalizado em conjunto com a população receptora da atividade através de um processo de gestão integrada.

Quanto a isto, Rodrigues et al. (2017) apontam que, apesar do aumento nos níveis de impactos associados a atividade turística, nos últimos 30 anos se obtiveram avanços significativos no que tange a promoção de escolhas participativas e a implantação de políticas públicas, principalmente em relação à gestão de patrimônios culturais.

Nestes cenários, o turismo passa então por um processo de ressignificação e reordenamento estrutural, ganhando contornos de alternativa viável para a revalorização dos aspectos espaciais e territoriais do local e favorecendo o desenvolvimento de outras atividades econômicas da região.

Contudo, tal como Rodrigues et al. (2017) expõem, o alcance do potencial final de desenvolvimento turístico obtido a partir do processo de ressignificação da atividade como auxiliadora na gestão de patrimônios e na revalorização dos aspectos espaciais e territoriais do local, se encontra dependente da efetividade e eficiência das políticas públicas adotadas para a gestão da atividade, bem como de ações educacionais que promovam a importância de uma participação cada vez maior da população nas decisões tomadas.

5. Considerações finais

Quando verificados os conceitos de espaço, território e região, notamos que estes são retratados com diferentes abordagens. No entanto, seja de maneira direta ou indireta, as relações de poder

tendem a estarem presentes nos argumentos dos autores, abarcando aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais.

Outra particularidade observada diz respeito ao caráter subjetivo que estruturam os conceitos abordados. Porém, compreende-se que a mesma contradição que por ventura possa decorrer deste aspecto, indica também a dinamicidade com as características da realidade e sua transformação são abarcadas pelos conceitos.

Em relação à gestão territorial da atividade turística, os processos de apropriação do espaço ocorrem pelos diversos agentes produtores do turismo e da territorialização também da própria população local, resultando com isso em uma sobreposição de territórios fortemente influenciada pelo aspecto econômico.

Como decorrência desta característica e do desenvolvimento da atividade impulsionado por políticas públicas que visam o aumento de visitantes, o turismo impacta os destinos turísticos em múltiplas escalas e com díspares efeitos nocivos, especialmente para a população local.

Ironicamente, por outro lado, a partir da ressignificação da atividade e seu *modus operandi*, essa mesma expansão turística que pode impactar e induzir o agravamento de efeitos nocivos vem sendo associada à possibilidade de desenvolvimento local dos destinos turísticos.

Estabelece-se, portanto, pelo menos uma dualidade nos efeitos da atividade turística condicionados a sua estrutura e forma de produção, e aos aspectos de planejamento e gestão territorial: se por um lado os aspectos nocivos da atividade podem ser sentidos de forma mais intensa, os novos recortes e formas

de funcionamento do território do turismo decorrentes de um processo de gestão compartilhada podem tanto colaborar para revalorização dos aspectos espaciais, territoriais e regionais, como representar a possibilidade de outra forma de desenvolvimento econômico.

Para ambos os casos, a gestão territorial do turismo tem se apresentado como uma boa opção para conduzir a atividade turística de forma produtiva, transformando o espaço em produto e indo rumo à possibilidade de adequar e ordenar o território para seu uso efetivo.

Referências

ALBAGLI, Sarita. Território e territorialidade. *In*: LAGES, Vinícius; BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo (org.). **Territórios em movimento**: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Rio de Janeiro: SEBRAE, 2004.

BARCELLOS, Paulo Fernando Pinto; BARCELLOS, Luiz Fernando Pinto. Planejamento urbano sob perspectiva sistêmica: considerações sobre a função social da propriedade e a preocupação ambiental. **Rev. FAE**, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 129-144, jan./jul. 2004.

BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. 6ª ed. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

BLUM, Gustavo Glodes. Os conceitos de Espaço, Território e Estado numa perspectiva político-geográfica dos Investimentos Estrangeiros Diretos no Estado do Paraná. **Rev. Conjuntura Global**, vol. 3, n.1, jan./mar., 2014, p. 28-42.

CALVENTE, M. C. M. H. Turismo e território-rede: O problema da multiterritorialidade restrita das populações tradicionais. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p.120-133, abr. 2013.

CÔRREA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. 7ª Ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.

FONSECA, Rogério Gerolineto. Os deslocamentos por motivos ambientais e sua questão territorial. **Caderno Prudentino de**

Geografia, Presidente Prudente, n. 38, v. 1, p.99-111, jan./jul. 2016.

FRATUCCI, A. C. Turismo e território: relações e complexidades. **Caderno Virtual de Turismo**. Edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo. Rio de Janeiro, v. 14, supl.1, p. 87-96, nov. 2014.

FUINI, Lucas Labigalini. A abordagem sobre o território em autores da geografia brasileira: mutações de um conceito. **GEOgraphia**. Rio de Janeiro, jan./abr., vol. 20, n. 42. 2018.

GÂNDARA, j. M. G.; CHIM-MIKI, A. F.; DOMARESKI-RUIZ, T. C.; BIZ, A. A. La Competitividad Turística de Foz do Iguaçu Según Los Determinates del Integrative Model de Dwyer & Kim: Analizando la Estrategia de Construcción del Futuro. **Cuadernos de Turismo**, v. 31, p. 105-128. 2013.

HAESBAERT, Rogério. De espaço e território, estrutura e processo. **Sociedad y Territorio**, vol. 13, n. 43, p. 805-815. 2013.

_____. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" a multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LEMOS, Amalia Inês G. de. **Turismo**: Impactos Socioambientais. São Paulo: Hucitec, 2001.

MAFRA, Francisco; SILVA, J. Amado da Silva. **Planeamento e Gestão do Território**. Porto: SPI, 2004.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RIEGEL, Roberta Plangg; ROQUE, Douglas Cristian; RODRIGUES, Marco Antônio Siqueira; QUEVEDO, Daniela Muller de. Espacialização de dados socioeconômicos como base para a gestão territorial. *In*: LADWIG, Nilzo Ivo; SCHWALM, Hugo (Org.). **Planejamento e gestão territorial**: gestão integrada do território. Criciúma, SC: UNESC, 2017. p. 238-251.

RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes; CAMPOS, Juliano Bitencourt; FARIAS, Deisi Scunderlick Eloy de; DEBLASIS, Paulo; SANTOS, Marcos César Pereira; ZOCCHÉ, Jairo José. Gestão integrada do patrimônio e da paisagem cultural: breves considerações. *In*: LADWIG, Nilzo Ivo; SCHWALM, Hugo (Org.). **Planejamento e gestão territorial**: gestão integrada do território. Criciúma, SC: UNESC, 2017. p. 310-321.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado.** Paulo: Edusp, 2008.

_____; SILVEIRA, María L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão popular, 2007.

SOUZA, Marcelo J. L. de. O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. *In:* CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; e, CORRÊA, Roberto L. **Geografia:**

Conceitos e Temas. 15ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

SUERTEGARAY, D. M. A. Espaço geográfico uno e múltiplo. *In:* _____.; BASSO, L. A.; VERDUM, R. (Org.). **Ambiente e lugar no urbano:** a grande Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 2000. p. 13-34.

URRY, J. **O olhar do turista:** Lazer e viagens na sociedade contemporânea. São Paulo: Nobel, 1996.

YÁZIGI, Eduardo. **Saudades do futuro:** por uma teoria do planejamento territorial do turismo. São Paulo: Plêiade, 2009.

*Recebido em 2018-12-03
Publicado em 2019-03-12*